

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Julliana Cunha Alves

Gestão Democrática e Participação Discente:

Um olhar sobre a avaliação diagnóstica do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS.

Porto Alegre

2.Semestre

2017

Julliana Cunha Alves

Gestão Democrática e Participação Discente:

Um olhar sobre a avaliação diagnóstica do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS.

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Maria Goreti Farias Machado.

Porto Alegre

2.semestre

2017

*Para todos aqueles que lutam por uma escola
democrática e participativa.*

AGRADECIMENTO

Este trabalho é fruto da confiança, incentivo e inspiração daqueles que fizeram parte da minha constituição como discente e docente:

- às professoras do ensino fundamental e médio;
- à minha dinda Leo e mãe;
- às minhas colegas de faculdade Dalila, Martina e Jéssica;
- às companheiras do SEAP Lucia e Kétlen;
- à professora Goreti;
- ao Luiz por ter acreditado em mim sempre.

Obrigada por tudo.

Você pode até dizer que eu estou por fora ou então que eu estou inventando, mas é você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem.

Elis Regina

RESUMO

Este trabalho está inserido no contexto de participação e avaliação escolar e tem como objetivo geral identificar e analisar se houve estímulo para os alunos participarem dos processos democráticos da instituição escola. Buscando responder à pergunta: “existe estímulo para a participação discente na gestão escolar das escolas estaduais da 1º Coordenadoria Regional?”, foi escolhido o indicador 43 do caderno 2 do Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul durante as respostas dos anos de 2012, 2013 e 2014. Este estudo desenvolveu-se a partir de uma metodologia qualitativa através da análise de conteúdos e foi dividido em quatro etapas: apropriação teórica sobre a legislação educacional, sobre os preceitos da gestão democrática, sobre a participação e significados de autonomia; análise das justificativas e pontuação; categorização; e, análise das categorias. Verificou-se, que, durante os três anos da avaliação, as escolas apresentaram novas ações para garantir o estímulo à participação, refletindo em suas auto avaliações, e que tal estímulo estaria relacionado à relação dos professores e profissionais da escola, à participação dos pais na vida escolar e à vontade dos estudantes.

Palavras Chaves: Gestão Democrática. Avaliação Institucional. SEAP/RS. Participação Discente. Autonomia.

LISTA DE FIGURAS E GRAFICOS

Figura 1 - Tópicos Avaliados SEAP/RS	16
Gráfico 1 - Pontuação do Indicador 43 SEAP/RS - 2012	24
Gráfico 2 - Justificativas do Indicador 43 SEAP/RS 2012	25
Gráfico 3 - Pontuação do Indicador 43 SEAP/RS - 2013	29
Gráfico 4 - Justificativas do Indicador 43 SEAP/RS 2013	30
Gráfico 5 - Pontuação do Indicador 44 SEAP/RS 2014	34
Gráfico 6 - Justificativas do Indicador 44 SEAP/RS 2014	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	11
2	METODOLOGIA.....	12
3	SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA.....	14
4	BASES TEÓRICAS	18
4.1	ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	18
4.2	GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO.....	19
4.3	SIGNIFICADOS DE AUTONOMIA.....	21
5	ACHADOS DA PESQUISA	23
5.1	ANO I – 2012.....	23
5.2	ANO II – 2013.....	29
5.3	ANO III – 2014.....	33
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de discussões e reflexões a respeito de democracia, muito se fala sobre a participação e representação da diversidade social nos diferentes meios. O fenômeno da participação está em debate em diferentes espaços da sociedade, problematizando a ausência dos que, até então, não participavam e agora buscam ocupar seu espaço.

O ano de 2016 foi o ano em que os estudantes deram aula, ensinaram e ocuparam, literalmente, suas escolas em defesa de uma educação pública e de qualidade. Tal movimento demonstrou a reivindicação também por um espaço onde pudessem participar, e de fato, terem voz.

Pensar a participação dentro da escola implica em envolver todos os segmentos da comunidade escolar. Sendo assim, uma gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira (Cury, 2007, p. 493).

Conforme Durkheim (1978, p.35), “nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade a tornar-se uma coisa da sociedade”, hoje a educação busca esforçar-se em fazer do indivíduo uma **personalidade autônoma**.

As escolas esperam que seus estudantes tornem-se sujeitos autônomos e críticos aos temas que os rodeiam. Para isso é preciso tratar de compreendê-los nas suas diferenças enquanto “indivíduos que possuem uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios” (Dayrell, 1999, p.6).

Sendo assim, é necessário repensar a organização escolar para estruturá-la de outra forma. De acordo com Paro (2016), se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí, a transformação desta escola supõem-se através da apropriação das camadas trabalhadoras, o que implica transformar a hierarquia autoritária e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Quando falamos em camadas trabalhadoras não consideramos somente os trabalhadores braçais, mas sim todos aqueles que, nesta sociedade, para

sobreviver, tem que vender a um empregador sua força de trabalho física ou mental (cf. Green, 1982).

Ao vislumbrarmos a instituição escola dessa forma para possíveis transformações, consideraremos os sujeitos da escola como sujeitos apropriados para gerir e avaliar o espaço em que estão.

De certo modo, a isso se propôs a gestão da educação estadual do Rio Grande do Sul com a implementação de uma política de avaliação diagnóstica de rede estadual de ensino.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, na gestão 2011/2014, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), iniciou, em 2012, um processo de avaliação participativa da rede escolar de ensino estabelecendo, por meio do Decreto de nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011, o Sistema Estadual de Avaliação Participativa /RS (SEAP/RS)..

Esse sistema teve os seguintes objetivos:

- a) estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado;
- b) propiciar as escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva participativa na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim superar as limitações constatadas. (SEAP/RS, 2011).

Caracterizado como um sistema de avaliação diagnóstica realizada por todos os segmentos da escola, o SEAP/RS tem com foco garantir uma melhor qualidade da educação através da democratização e participação ativa dos sujeitos que compõe a instituição.

É neste contexto de participação e avaliação escolar que esse trabalho busca identificar como ocorreu a participação dos alunos no processo de elaboração do SEAP/RS na escola, com base na pontuação e justificativas apresentadas no diagnóstico.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar se houve estímulo para os alunos participarem dos processos democráticos da instituição escola.

Buscando responder a pergunta: “existe estímulo para a participação discente na gestão escolar das escolas estaduais da 1º Coordenadoria

Regional?”. Foi escolhido o indicador 43, do caderno do SEAP/RS, com a seguinte descrição:

Descrição do Indicador 43

Indicador 43 - Existência de estímulo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros).

O indicador foi escolhido em virtude de possibilitar a identificação da atuação ou não dos estudantes na avaliação de suas escolas. O estudo analisa as respostas dadas a este indicador pelas escolas da 1º Coordenadoria Regional de Educação.

1.1 JUSTIFICATIVA

Busquei a educação por acreditar que seria através dela que contribuiria para uma mudança no mundo. Mesmo desconhecendo, já pensava semelhante a Paulo Freire, o qual afirmava que a “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Ao entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2014, transitei por diferentes pesquisas e temáticas buscando uma forma de realizar este sonho inocente. Factiveamente, gostei de todas as experiências – inclusão, Educação de Jovens e Adultos (EJA), movimento estudantil, entre outras.

Após esta trajetória, compreendi que transformar o mundo implicaria em lutar por uma educação pública, gratuita e principalmente de qualidade e que as minhas ações como futura docente precisavam ser embasadas, de diferentes formas, uma delas, a das políticas e gestão da educação.

Sendo assim, após a seleção para participar do grupo de pesquisa responsável por realizar a avaliação externa do SEAP/RS, adentrei em novas questões a partir dos dados da avaliação, dentre eles, como seria a participação e atuação dos estudantes nas escolas, será que participavam? Seriam incentivados a participar?

A partir desses questionamentos e inspirações realizei este trabalho.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa que adota uma metodologia qualitativa, caracterizada por “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto estão claramente definidos” (Yin 2005, p. 32).

Utilizei análise de conteúdo, que de acordo com Bardin é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 38).

O trabalho foi dividido em quatro etapas – apropriação teórica, análise das justificativas e pontuação, categorização e análise das categorias. Inicialmente, busquei nos conceitos teóricos de autores correspondentes à gestão democrática, participação e autonomia discente para me apropriar e saciar as minhas dúvidas em relação à temática.

Após a apropriação teórica, foi organizado o banco de dados referente às pontuações e justificativas dadas ao indicador 43¹, pelo conjunto das escolas pertencentes a 1ª Coordenadoria Regional de Educação - nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Durante os três anos a quantidade de respostas foi a seguinte:

Respostas do indicador 43 durante os três anos da política.

ANO	2012	2013	2014
RESPOSTAS	187	230	221

As justificativas foram classificadas a partir da recorrência de suas respostas nas categorias abaixo:

¹ O indicador 43 mudou o numeral para 44 (2014) em virtude da mudança na ordem de outros indicadores (por exclusão ou supressão), sugerida pela equipe de avaliação externa do SEAP.

- **Falta de Recursos Humanos e Materiais:** para as justificativas que afirmaram não haver estímulo devido à falta de recursos humanos e materiais;
- **Modalidade de Ensino:** para as justificativas que justificaram a ausência de estímulo devido à modalidade de ensino;
- **Não Tem Estímulo à participação:** para as que afirmaram não ter estímulo;
- **NSA:** para as que não responderam, sendo assim não se aplica;
- **Em Processo:** para as que afirmaram estar em processo de participação e incentivo;
- **Tem Estímulo à Participação:** para as que afirmaram ter estímulo.

Com as justificativas devidamente categorizadas, busquei analisá-las conforme a sua quantidade, destacando as que mais apareceram em determinado ano.

Evidencio que muitas justificativas apresentaram certa contradição como, por exemplo, de um lado haver incentivo à participação e a mesma não ocorrer; de outro não ter incentivo e mesmo assim haver participação. Apresento abaixo a explicação da política, para então aprofundar as questões que rodeiam este trabalho.

3 SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa é uma política pública que tem como objetivo a realização de avaliações anuais pelos segmentos da escola, pelos órgãos administrativos das CRE e da Secretaria Estadual da Educação (Seduc), com o objetivo de realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino.

O SEAP/RS consistiu em três instrumentos padronizados – um para escolas, um para a SEDUC e outro para as Coordenadorias Regionais de Educação. As avaliações deveriam ocorrer em cada instituição agregando todos os segmentos ou setores e, depois de finalizado, registrado em um sistema online, denominado “O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação” (Simec).

O SEAP foi concebido em cinquenta indicadores divididos em seis dimensões. Os indicadores desdobram-se em descritores que apontam a qualidade e a gradação para o indicador.

Cada dimensão trata de temas específicos:

- Dimensão 1 – Gestão Institucional: esta dimensão possui sete indicadores que tratam dos temas planejamento e monitoramento de metas/ações; socialização das informações para todos os segmentos do conselho escolar; atuação efetiva do conselho escolar conforme a legislação; a cooperação da escola com a comunidade; mediação de conflitos e a relação da escola com a CRE;
- Dimensão 2 – Espaço Físico da Instituição: esta dimensão possui treze indicadores que tratam dos temas espaço físico e instalações; a manutenção predial e suas condições de adequação e acessibilidade predial conforme legislação;
- Dimensão 3 – Organização e Ambiente de Trabalho: esta dimensão possui sete indicadores que tratam dos temas suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores; condições adequadas dos equipamentos de trabalho; clima favorável no coletivo de trabalho; práticas de separação de lixo;
- Dimensão 4 – Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola: esta dimensão possui quatro indicadores que tratam dos temas discussão e encaminhamentos para reduzir reprovação e melhorar taxa de permanência; atendimento educacional especializado; condições da alimentação escolar e condições adequadas do transporte escolar;
- Dimensão 5 – Formação dos Profissionais da Educação: esta dimensão possui quatro indicadores que tratam dos temas formação continuada dos professores; nível de formação superior; formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE e socialização e utilização de aportes teóricos e metodológicos nas práticas pedagógicas e administrativas;

- Dimensão 6 – Práticas Pedagógicas e de Avaliação: esta dimensão possui quinze indicadores que tratam dos temas projeto político pedagógico e suas articulações com os planos de trabalho; clima favorável à aprendizagem; suficiência de material didático-pedagógico; práticas pedagógicas interdisciplinares e voltadas para a inclusão das diversidades; atividades culturais e desportivas; estímulo à participação dos alunos; práticas de ensino e autoavaliação e práticas de interpretações e de uso dos indicadores oficiais (SEAP, SAEB E IDEB).

Ao realizarem a avaliação os segmentos deveriam considerar os seguintes descritores para as respectivas pontuações:

Descritores e pontuações SEAP/RS

Valor 5	Pontuação que indica, por meio do Descritor, a situação excelente na existência objetiva do indicador;
Valor 4	Pontuação que indica, por meio do Descritor, a situação muito boa na existência objetiva do indicador.
Valor 3	Pontuação que indica, por meio do Descritor, a situação boa na existência objetiva do indicador.
Valor 2	Pontuação que indica, por meio do Descritor, a situação precária na existência objetiva do indicador.
Valor 1	Pontuação que indica, por meio do Descritor, a situação crítica na existência objetiva do indicador.
NSA (Não se aplica)	Situação em que não existe possibilidade de avaliar , por não se aplicar à escola.

As etapas da avaliação realizadas nas escolas foram as seguintes:

Etapas da Avaliação SEAP/RS.

1° Etapa	2° Etapa	3° Etapa
Diagnóstico Preliminar.	Reuniões dos segmentos escolares.	Inserção da Pontuação e Justificativas no SIMEC/SEAP.

Durante a primeira etapa foi realizado um diagnóstico preliminar pelo Conselho Escolar, que teve como objetivo analisar as seis dimensões e seus respectivos indicadores quantitativos.

A segunda consistiu na realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar (alunos do 5º ano do EF ou acima de 12 anos; professores e funcionários; pais e mães). Nestas reuniões foram escolhidos os representantes para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional.

A terceira etapa foi realizada pela Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional através de um debate por indicador, inserindo a pontuação e justificativa ao portal SEAP em conjunto com a direção escolar para efetuar o envio da avaliação, assim concluindo o processo.

Conforme o Caderno de Avaliação nº 2 – Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais das escolas, os aspectos que compõem os tópicos avaliados no SEAP/RS estão sintetizados no diagrama a seguir:

Figura 1 - Tópicos Avaliados SEAP/RS



O SEAP/RS é distinto de outras avaliações em larga escala, como por exemplo, o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio, especialmente por “envolver a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual.” (RIO GRANDE DO SUL, Caderno 2, 2014, p. 11). As avaliações em larga escala, em na sua maioria, priorizam os resultados através de provas e notas classificatórias dos alunos, não levando em conta a totalidade da realidade da escola, diferente do sistema em questão.

Para Silva e Machado,

Boa parte das avaliações padronizadas de larga escala estão também associadas ao financiamento federal de programas e projetos educacionais. Essa tipologia, de caráter classificatório, cria rankings que não refletem na maioria das vezes a realidade educacional. São avaliações baseadas em provas que avaliam competências e habilidades dos estudantes, muitas vezes sem levar em conta outros atributos necessários para conhecer a realidade das condições de oferta educacional (SILVA e MACHADO, 2015, p. 104).

O SEAP/RS acena como uma possibilidade diferente dos sistemas tradicionais ao envolver todos os segmentos na realização do diagnóstico da realidade educacional com vistas a melhorar as condições da oferta educacional.

Durante os três anos, houve um total de 343.822 escolas participantes. No ano de 2012 foram 2162 escolas participantes, no ano de 2013 foram 2506 escolas que participaram e em 2014 foram 2403 escolas.

Para avaliar a escola dentro de seu contexto, os sujeitos que fazem parte da realidade são os principais interessados em compreender os problemas que cercam a escola e apresentar proposições para sanar as dificuldades encontradas.

4 BASES TEÓRICAS

Ao escrever sobre o tema, busquei os conceitos de legislação educacional, gestão democrática, participação e os significados de autonomia para refletir a respeito.

Logo, descrevo abaixo algumas reflexões acerca dos temas.

4.1 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Para Cury (2007, p. 484) “tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado”. Para o autor, esse preceito legal “envolve prerrogativas das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar deste direito”.

Ao destacar o art. 205º da Constituição Federal de 1988 que considera:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205, BRASIL, 1988).

No art. 206º a constituição estabelece os princípios que devem ser ministrados à educação, dentre eles o VI, que assegura a “gestão democrática no ensino público, na forma da lei”.

Na mesma lógica, a Lei 9394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), contempla em seu art. 2º a gestão democrática como um dos princípios do ensino público. E, reafirma em seu art.14º, as normas para sua aplicação a partir dos princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Na esfera estadual, encontramos a Lei 10576/1996 que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. No art. 1º essa norma apresenta os preceitos para garantir sua aplicação.

No inciso III, trata-se da participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados e, no inciso V, trata-se da garantia da descentralização do processo educacional.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de 13 de junho de 2014), no seu Art. 2º aponta como uma de suas diretrizes a promoção do princípio de gestão democrática.

Na resolução nº 04/2010, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, capítulo III Gestão Democrática e Organização da Escola, Art. 54º afirma que “é pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho expresso no projeto político-pedagógico” tal como “em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas” (BRASIL, 2010).

Como apresentado acima, a gestão democrática está contemplada no ordenamento legal nas esferas estadual e federal, assegurando na norma a autonomia, para que a escola se organize de acordo com sua realidade, permitindo a participação de todos os segmentos e de suas representações no conselho escolar.

4.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Para a efetivação da gestão democrática, além do âmbito legal, é necessário um conjunto de ações, dentre essas, a participação dos segmentos da escola. Conforme Lück (2009, p.70), “a educação é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade da escola, assim dos pais e da sociedade em geral”.

Acredito que a participação dos segmentos na escola depende também da participação da escola na comunidade, sendo assim, penso na escola para além de um espaço físico em determinado bairro, mas sim como uma célula ativa e de possíveis transformações no espaço que habita.

Logo, “se a escola não participa da comunidade, porque irá a comunidade participar da escola?”(PARO, 2001, p.27). A participação de uma

implica na participação da outra, para que a efetivação de ambas garanta um espaço de pluralidade de ideias e ações.

O conceito de gestão democrática implica na participação dos sujeitos que fazem parte daquela realidade, “participar é decidir, e codecidir, e implica o exercício legítimo da capacidade de ingerência”, conforme assinalou Paulo Freire (1967, p. 92).

Participar das decisões demanda poder, ou melhor, a divisão do poder, em relação ao grupo para constituir das decisões, decisões democráticas. Este poder simbólico apresenta-se de diferentes formas conforme Souza afirma:

O poder que o coletivo de professores tem em relação ao discurso pedagógico para os familiares dos alunos é uma forma de poder simbólico. A presença do diretor, em si, na reunião do conselho de escola manifesta o poder simbólico. Isto é, esse tipo de poder é vivenciado cotidianamente nas escolas nas disputas por espaço, imposição de ideias e influência na definição dos rumos a serem perseguidos pela instituição (SOUZA, Angelo; 2012; p. 67).

A respeito disso, pondero que não basta simplesmente permitir formalmente a participação dos pais, servidores não docentes e estudantes na administração escolar, é preciso propiciar ações para a participação destes. Ações com os estudantes, visto que se trabalham diferentes ensinamentos e aprende-se em diferentes espaços. Apesar do currículo não ter uma disciplina que trate efetivamente da participação, a escola ainda assim é o lugar para aprender a respeito.

[...] a escola é o espaço em que vivenciamos os valores e práticas sociais, contribuindo na formação da cidadania. Sendo assim, todas as relações e situações vividas neste espaço democrático, escola, tornam-se ferramentas para resgatar a cidadania e qualificar o ensino aprendizagem baseado na compreensão do mundo e na participação da sociedade (PERONI, 2013, p.202).

Arroyo (2010) justifica a dificuldade de participação da população na vida social e política, porque a população não está, ainda, educada para a cidadania responsável. Estes preceitos de cidadania devem iniciar na escola e, assim, garantir futuros cidadãos - cientes de sua participação consciente.

Quanto à participação efetiva dos pais, LÜCK, (2010, p.86) destaca que “tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola”. Então, a implicação da participação não é somente um incentivo para a participação, mas também base para a aprendizagem.

A participação dos responsáveis também é um incentivo para a participação dos estudantes, logo, são necessárias ações que as possibilitem. Paro (2000, p.14) afirma que “uma medida deva ser tomada pelo Congresso Constituinte que facilite a participação dos pais na vida da escola, por meio da progressiva isenção de horas de trabalho nas empresas”.

Ao afirmar que a escola é um lugar de ensino/aprendizagem, amplio as considerações de ensinar e aprender a todos que podem participar dos espaços de deliberação e representatividade. A efetiva participação acaba por se transformar em sala de aula, onde um aprende e cresce com o outro, logo, “a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática” (Cury, 2007, p. 494)

4.3 SIGNIFICADOS DE AUTONOMIA

A palavra “autonomia” é encontrada no grego antigo como: auto = "de si mesmo" + nomos, "lei", ou seja, "aquele que estabelece suas próprias leis". Paro(2011) define esta expressão como algo que deve ser desenvolvido com a autoria do próprio sujeito que se faz autônomo.

Ao tratarmos da autonomia estudantil, podemos considerar que os estudantes precisam ser entendidos como os sujeitos autônomos e, portanto, se faz necessário problematizar o processo de participação destes autores autônomos que compõem a escola, tendo em vista que se constituem como a razão de existir escola.

Quando se toma como pressuposto a liberdade do educando para se fazerem sujeitos do ensino, “o processo se torna bastante complexo, porque

não se trata somente de dar ou negar a autonomia” (Paro, 2011, p.199), trata-se também de ensinar a autonomia.

Para Libâneo (2007), “as escolas existem para promover o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos por meio da aprendizagem de saberes e modos de ação”, para que se transformem em cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Possibilitar a participação dos estudantes como agentes no processo de gestão é permitir um espaço de ensino aprendizagem para além do que o currículo tradicional espera, implicando nas ações escolares para além da sala de aula, “são as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas” (Dayrell,1992, p.2).

Para tratar de autonomia faz-se necessário pensar a relação dos estudantes com a escola. Buscar apropriar-se da escola e tornar-se autor depende também da compreensão do espaço escolar, compreensão essa que por vezes é “centrada nos resultados da aprendizagem, o que é valorizado são as provas e as notas e a finalidade da escola se reduz ao “passar de ano”” (Dayrel,1999, p. 4).

Durkheim (1978, p.37) destaca que “todo o passado da humanidade contribuiu para estabelecer esse conjunto de princípios que dirigem a educação de hoje”, logo, o espectro da escola tradicional ainda está presente nas escolas de hoje. Um dos fatores influenciadores é a relação que os professores estabelecem com a turma – criando seus preceitos por aquele grupo de estudantes e mantendo-se inerte as relações que eles constituem.

Assim como Libâneo (1994, p. 229) problematiza que “o professor não pode alegar que os alunos são dispersivos, é ele quem deve criar as condições e os incentivos para que se dediquem ao trabalho” podemos comparar à autonomia, o professor não pode só alegar que os estudantes não são autônomos, é necessário condições e incentivos, para então, construir as concepções de autonomia, tal quais as condições para a participação.

Uma das alternativas para criar estas condições é através dos planejamentos, visto que esta

é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes da sociedade (Libaneo, 1994, p.222).

Os alunos chegam à escola marcados “pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola” (DAYRELL, 1999, p. 5), logo, trabalhar e constituir a autonomia é também uma proposta igualitária, antes de tudo.

5 ACHADOS DA PESQUISA

Após apropriação teórica e categorização das justificativas, retomei os temas tratados na fundamentação teórica para refletir a respeito do que encontrei. Indico que fui surpreendida em virtude da contradição das justificativas perante sua realidade, e também com a porcentagem alta em relação às escolas que afirmaram ter estímulo.

Apesar de ‘ter estímulo’ destacar-se, problematizo os empecilhos para a sua efetivação: a relação com a idade dos estudantes; o desinteresse dos professores e a relação do estímulo com a participação dos pais. Destaco também a relação que as escolas fizeram em justificar o ‘não estímulo’ em vista que os estudantes não demonstraram interesse.

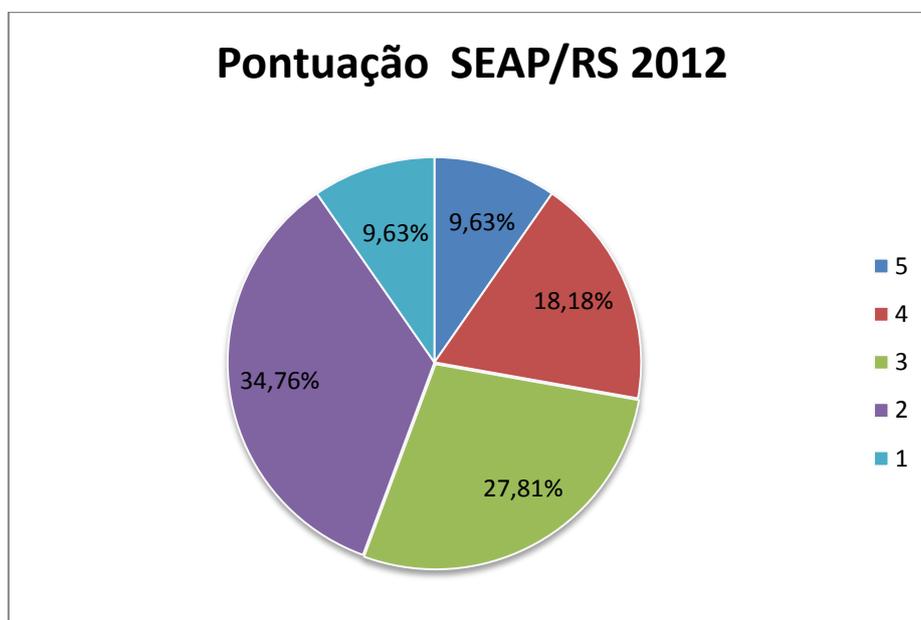
Apresento abaixo mais detalhadamente as justificativas e os meus olhares perante os achados.

5.1 ANO I – 2012

No ano de 2012 não houve participação de todas as escolas da 1ª CRE. Foram 187 escolas que responderam o indicador 43 indicando as suas pontuações e justificativas.

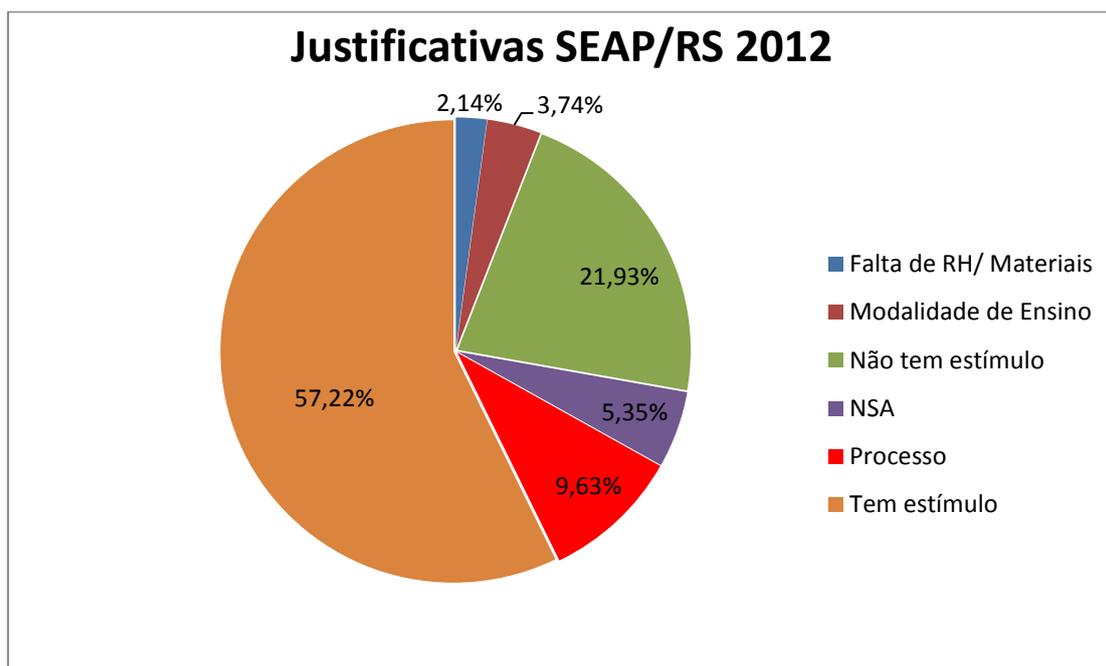
Conforme podemos visualizar no gráfico abaixo, a pontuação 2 foi a mais considerada para as escolas, cujo descritor apontava que “existia estímulo esporádico de incentivo à participação por alguns professores”.

Gráfico 1 - Pontuação do Indicador 43 SEAP/RS - 2012



Quanto às justificativas, 52,77% têm estímulo à participação, o que representou mais da metade do total. Os percentuais das categorias definidas nessa pesquisa constam no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Justificativas do Indicador 43 SEAP/RS 2012



Dentre as justificativas, destaco que foi possível identificar respostas que apresentaram certa contradição em relação a sua realidade, por exemplo, ter estímulo e não haver participação. A seguir apresento os destaques das justificativas em cada ano. Saliento que muitas são recorrentes nos três anos outras se modificaram no processo anual do SEAP/RS.

A ausente participação dos pais, tal qual já destacado no referencial teórico, pode estar relacionada também à qualidade de ensino, logo, a implicação da participação não é somente um incentivo para a participação, mas também como base para a aprendizagem.

Justificativa 1 (2012)

“Existe estímulo por parte da Escola, mas não há participação efetiva dos alunos por falta da participação e incentivo dos pais”

Justificativa 2 (2012)

“Os professores se mobilizam para motivar os alunos, buscando uma participação mais efetiva dos alunos nos diferentes segmentos da comunidade, visando torná-los cidadãos atuantes, mas percebe-se uma apatia geral, ou seja, os alunos podem estar focados em interesses

diversos e não ter como objetivos o coletivo”

Observei também a preocupação dos professores em atrapalhar os conteúdos escolares, ao incentivarem a participação dos estudantes. Por exemplo:

Justificativa 4 (2012)

“Os alunos são sempre estimulados a participar de fóruns, tanto na escola, quanto fora e muitos participam, mas alguns professores fazem restrição em função dos conteúdos que podem ser prejudicados”

Justificativa 5 (2012)

“O não incentivo se justifica para que não haja prejuízo no desenvolvimento do trabalho docente”.

Em virtude de ser o primeiro ano da política, as respostas que não condiziam com a proposta, assim classificadas como NSA, apresentaram uma porcentagem alta, destaco dois exemplos:

Justificativa 6 (2012)

“Alguns professores tem o espírito de doação ao seu trabalho”

Justificativa 7 (2012)

“Os alunos reivindicaram rádio na escola para o horário dos intervalos”

Quanto à modalidade de ensino, apresentaram-se diferentes formas de justificativas, dentre elas:

Justificativa 8 (2012)

“Nossa escola atende até o 6º ano o que muitas vezes dificulta a participação dos alunos”

Justificativa 9 (2012)

“Até o momento nossos alunos não participam de nada. A escola funciona do 1º ao 5º ano. Pretendemos a partir do ano que vem mudar esta realidade, oportunizando participação dos alunos nos conselhos de classe”.

O que representa que a pré-condição para estimular os estudantes deveria ser a faixa etária e uma perspectiva de mudança em realização ao próximo ano de trabalho:

Impedir a participação de estudantes da educação básica nos processos democráticos é restringi-los de aprendizados tão importantes quanto os conteúdos básicos de matemática ou linguagens.

As escolas categorizadas como em “processo de participação”, demonstraram a preocupação para os próximos anos, visando assim a garantia e participação de mais estudantes nestes espaços. Conforme o exemplo:

Justificativa 10 (2012)

“Ha participação dos alunos dos Anos Finais, necessário ampliar a representação para os alunos dos Anos Iniciais. No debate com os alunos, referem que esta participação poderia ser ampliada a partir do terceiro ano”.

Quanto à falta de recursos, fui surpreendida, não somente com a justificativa da falta de espaço ou recurso, mas também com a justificativa da falta de respaldo técnico para incentivar os estudantes:

Justificativa 11 (2012)

“Não existe respaldo técnico para tal”

Quanto à formação social, somente constatei em uma justificativa o estímulo como preocupação:

Justificativa 12 (2012)

“Temos a preocupação de resgatar a autoestima dos alunos e por isso sempre incentivamos a participação deles para que mais tarde, não sejam manipulados”

Em contra ponto, observei justificativas para o ‘não tem estímulo’ em virtude de uma gestão centralizadora:

Justificativa 13 (2012)

“Não são todos os professores que veem como importante a participação política e social dos estudantes”

Justificativa 14 (2012)

“Gestão centralizadora, que não agregava nem estimulava a participação dos alunos de forma efetiva”

A gestão centralizadora ou o descaso para com a participação estudantil acabam por serem empecilhos na garantia de formação, dadas como indispensáveis, conforme o art. 22 da LDB (BRASIL, 1996): “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

Apesar de haver o estímulo, as justificativas apontaram dificuldades para a efetiva participação, destaco a relação de poder apresentada através da insegurança dos estudantes de opinarem em frente aos pais:

Justificativa 15 (2012)

“Existe o estímulo permanente para que os alunos participem nas instituições e fóruns da escola, mas em geral os alunos apresentam dificuldade em participar efetivamente. Um dos fatores que é possível perceber é a insegurança em opinar frente aos professores, direção e pais”

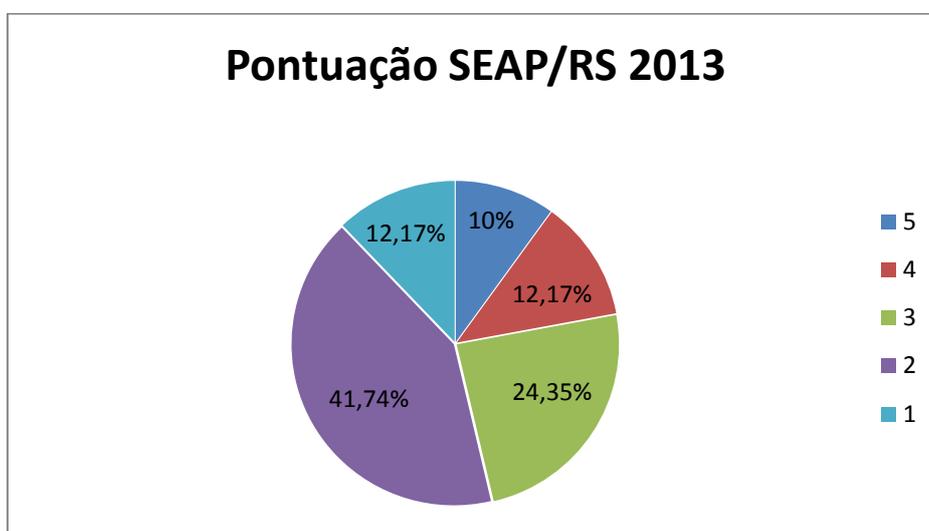
A não participação dos pais e comunidade justifica a relação do não entendimento da proposta e o valor dado aos momentos em coletivo. A comunidade precisa ser inserida e participar nas decisões, dependendo é claro, do que já foi destacado anteriormente – as preparações para efetiva participação.

5.2 ANO II – 2013

No ano de 2013 foram 230 escolas que responderam ao indicador 43 indicando as suas pontuações e justificativas.

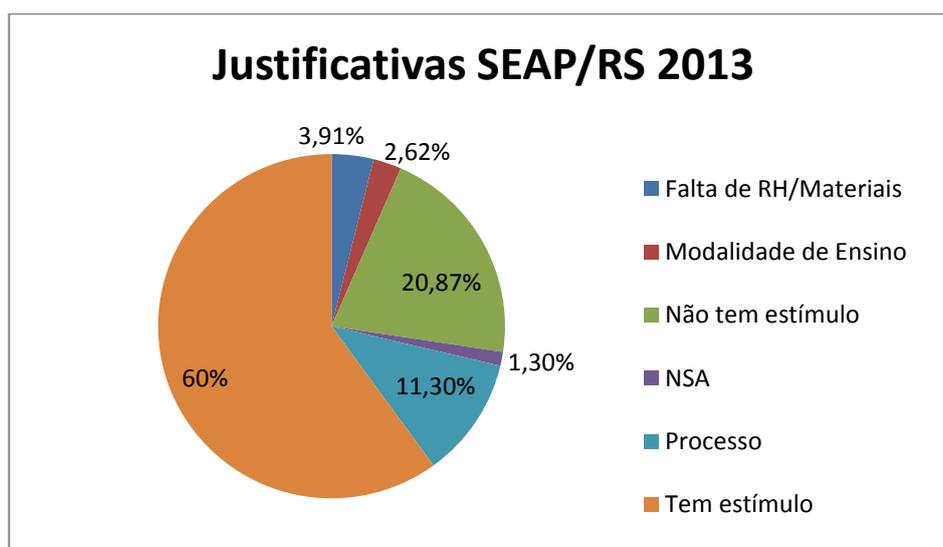
Conforme podemos visualizar no gráfico abaixo a pontuação 2, que afirmava a existência de estímulo esporádico de incentivo à participação por alguns professores, foi a mais considerada para as escolas, assim como no ano de 2012.

Gráfico 3 - Pontuação do Indicador 43 SEAP/RS - 2013



Quanto às justificativas, 60% afirmam ter estímulo à participação e 11,30% estarem em processo, o que demonstra um pequeno avanço em relação ao estímulo e à participação discente.

Gráfico 4 - Justificativas do Indicador 43 SEAP/RS 2013



Dentre as justificativas, destaco que o ano de 2013, por ser o segundo ano da política, as escolas apresentaram suas justificativas mais sucintamente, inclusive relataram mudança em relação ao primeiro ano da avaliação diagnóstica.

Justificativa 1(2013)

“Neste ano, houve um crescimento deste estímulo por parte de alguns professores em comparação ao ano anterior”

Novamente justificaram o não estímulo dos estudantes da educação básica em virtude da idade dos mesmos não ser considerada suficiente, desconsiderando que os espaços de participação também são espaços de construção de aprendizagem.

Justificativa 2 (2013)

“Como possuímos apenas séries iniciais não existe grêmio estudantil na Escola e os alunos não possuem idade suficiente para participar do Conselho Escolar”

Conforme Paro (2011, p.11), no contexto escolar, “a promoção da autonomia do educando depende da própria realização da educação como

prática democrática”, aqueles estudantes que participarem dos momentos compreendendo as combinações ali específicas estarão aprendendo e sendo incentivadas também.

O não estímulo devido à falta de recursos humanos se repete neste segundo ano de diagnóstico, conforme a escola afirma:

Justificativa 3 (2013)

“Não existe estímulo, pois precisariam de um professor para coordená-los, no caso de um Grêmio Estudantil, e todos estão sobrecarregados de atividades”

Sendo assim, se a autonomia proposta depende de um responsável junto, pergunto-me qual é a função deste ‘professor coordenador’ além de coordenar o que julgo como ação dos estudantes. Assim que um coordenador se sobrepõe em um espaço as relações de hierarquia e poder são retomadas.

Todavia há justificativa que reflete a preocupação da escola em relação à participação como garantia de aprendizagem e formação discente:

Justificativa 4 (2013)

“A escola estimula sempre os alunos a participarem destas atividades, uma vez que preocupa-se com o seu crescimento como cidadãos ativos e participativos das questões sociais”.

No ano de 2013, se iniciou em Porto Alegre, uma série de movimentos e manifestações estudantis. Dentre as justificativas houve a afirmação que a participação é livre, e em virtude destas ações, os estudantes participaram junto com os familiares nestes movimentos:

Justificativa 5 (2013)

“Os alunos tem diversas formas de participar, como conselho de classe, conselho escolar, assembleias de alunos e neste ano especialmente muitos participaram dos movimentos de junho, acompanhados pelos familiares”.

Mas, apesar dos relatos acima, reforço que ainda houve participantes da escola que foram resistentes com as novas perspectivas de participação:

Justificativa 6 (2013)

“Os professores que romperam com antigos paradigmas transformam-se em incentivadores e estimulam a participação, mas estes ainda não são a maioria”

Não somente os professores, mas a comunidade escolar em geral ainda é oriunda de uma cultura de não participação, conforme relatado:

Justificativa 7 (2013)

“Existe o estímulo inclusive por parte da Equipe Diretiva o que falta é a cultura de participação ativa da Comunidade Escolar”

Reflico que esta ‘cultura de participação ativa’ é recente, e algumas escolas estão em processo para esta mobilização devido aos muitos anos que não se participava, conforme a justificativa apresenta:

Justificativa 8 (2013)

“A direção atual da Escola tem estimulado a criação de Grêmios Estudantil e participação no Conselho Escolar, mas acreditamos que será necessária uma série de estratégias para vencer a alienação em que está colocada a comunidade em relação aos assuntos da Escola. Foram muitos anos de não”

. Assim como em 2012, ainda é possível observar a tendência em abordar o estímulo conforme o interesse:

Justificativa 9 (2013)

“Os alunos não demonstram interesse em participar de atividades externas e nem se prontificam para isso. Observamos que há muita

dificuldade de mantê-los dentro de sala de aula, pois não há interesse pelo estudo”

Finalizo a análise do ano de 2013 a justificativa que representa a educação tradicional e verticalizada que é contrária ao conceito de gestão democrático legal e teórico já apresentado neste trabalho:

Justificativa 10 (2013)

“A escola segue um modelo tradicional de gestão optando pela verticalidade de ações”

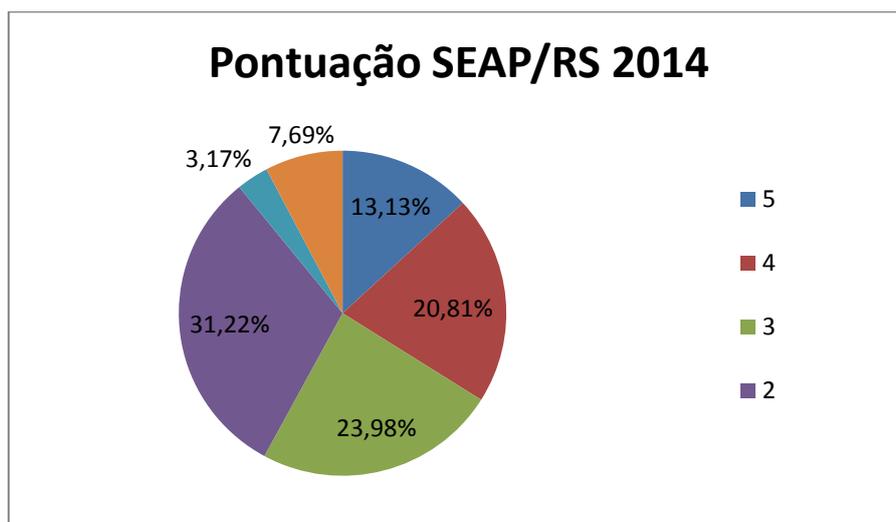
5.3 ANO III – 2014

No ano de 2014 foram 221 escolas que responderam o indicador 44² indicando as suas pontuações e justificativas. Neste ano surgiu um novo subgrupo devido a respostas inválidas, que não equivaliam à NSA ou 5, 4, 3, 2, e 1.

Conforme podemos visualizar no gráfico abaixo, a pontuação 2 foi a mais considerada para as escolas, assim como nos anos anteriores, todavia este foi o ano em que ela teve menor quantidade e a 4, que afirmava “**existe estímulo permanente** de incentivo à participação dos alunos, estimulados pela **maioria dos professores**”, que teve maior porcentagem em relação aos outros anos.

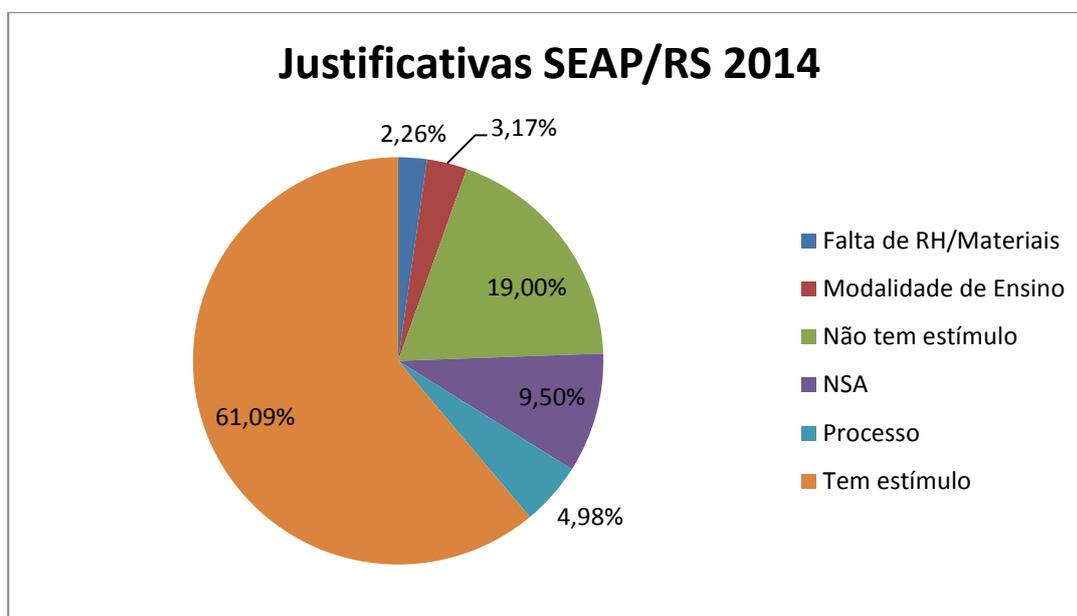
² Como já citado acima, no ano de 2014 o indicador teve alteração apenas no numeral – de 43 para 44.

Gráfico 5 - Pontuação do Indicador 44 SEAP/RS 2014



Quanto às justificativas, 4,98% afirmaram estar em processo, o que demonstrou uma diminuição em relação aos outros anos.

Gráfico 6 - Justificativas do Indicador 44 SEAP/RS 2014



O ano de 2014, além de ser o último do SEAP/RS, foi o ano de eleição no estado, e a gestão que implementou a política perdeu o pleito, sendo assim, o processo de avaliação ocorreu com a nova gestão.

O estado do Rio Grande do Sul nunca houve um governo reeleito para o cargo de governador. Como não temos uma continuidade, pouco se aproveita do legado de políticas anteriormente implementadas.

Sendo assim, a grande porcentagem de respostas que “Não Se Aplica” pode justificam-se em virtude da concepção de um novo governo, novas políticas, ou seja, as respostas foram dadas possivelmente desconsiderando a realidade, como os exemplos: ‘somente isso’, ‘a comissão concorda’, ‘de acordo’ ou ‘sempre que necessário’.

Foi recorrente nos três anos a justificativa de não participação vinculada a à modalidade de ensino

Justificativa 1 (2014)

“Apenas os alunos maiores são estimulados”. Todavia, identifiquei possibilidade de mudança, conforme o exemplo: *“nossos alunos estão na faixa de 6 a 12 anos, e são estimulados para participar do Conselho Escola”*

Do mesmo modo, a falta de espaço físico serviu como justificativa para a não participação

Justificativa 4 (2014)

“Existe o estímulo, mas falta estrutura como um salão para eventos deste porte”

Outros aspectos foram apontados para a não participação, dentre elas, a atribuição da responsabilidade para um dos setores da escola:

Justificativa 4 (2014)

“A escola não estimula, o estímulo fica a critério do SOE da escola”.

As características da comunidade escolar influenciaram também - essas afirmações implicam na relação e experiências prévias que a comunidade tem

com a escola - possivelmente experiências de fracassos, que os familiares esperam ser superadas por estes filhos, netos e/ou sobrinhos.

Justificativa 5 (2014)

“Por serem oriundos de famílias operárias, e estas, na sua maioria não terem acesso à escola, terminam não permitindo que seus filhos, netos e/ou sobrinhos tenham participação nos colegiados ou movimentos” e “o perfil desta comunidade é alheio a estes estímulos, com engajamento somente se há avaliação com objetivo de alcançar nota ou conceito par aprovação não ano letivo”.

Destaco que o interesse dos estudantes foi chave para esta justificativa, pois as escolas compreenderam que, se não há interesse dos estudantes, não tem porque incentivar.

Justificativa 6 (2014)

“Existe dificuldade de manter os alunos motivados, pois eles têm interesses muito variados e os estímulos tem que ser constante, o que não ocorre”

Além da mudança da gestão do governo do Estado, o ano de 2014 foi atípico em virtude das manifestações que tomaram as ruas do Brasil, principalmente em Porto Alegre, em que a resistência estudantil unificou e foi à luta contra o aumento da passagem do transporte coletivo. Em virtude do contexto, a justificativa “tem estímulo” apresentou diferentes preocupações das escolas estaduais.

Justificativa 7 (2014)

“A escola sempre estimula os alunos a participarem destas atividades, uma vez que preocupa-se com o crescimento dos mesmos como cidadãos ativos e participativos de questões sociais”

Apesar disso, as escolas justificaram também que há o incentivo, todavia não reconhecem interesse por parte dos alunos:

Justificativa 8 (2014)

“São estimulados, mas na maioria das vezes não participam devido terem outros interesses... ou muitas vezes não terem interesse algum...pois os estudos e escola hoje viraram terceiro ou quarto plano”

Tal perspectiva representa o significado que a escola tem na vida destes estudantes, tal qual destacado anteriormente, retomo o que Dayrel (1999, p. 4) afirma, “levando em consideração que o objetivo dos estudantes na escola passa a ser somente passar de ano e alcançar boas notas”.

Finalizo a análise deste ano com observações esperançosas, em consideração ao estímulo à participação discente, inicialmente por que os estudantes foram considerados protagonistas do processo:

Justificativa 9 (2014)

“Nossos alunos participam de Assembleias escolares e movimentos sociais, são protagonistas do processo”

E, em virtude das justificativas apontarem um aumento ao incentivo à participação discente, repercutindo na reativação do Grêmio Estudantil.

Justificativa 10 (2014)

“No ano de 2014 houve um aumento do estímulo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola e nos fóruns externos”

Justificativa 11 (2014)

“Tem estímulo apesar de Necessidade de maior envolvimento de todos no processo. Ponto positivo é que o Grêmio Estudantil está sendo reaberto por iniciativa dos alunos”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo o trabalho com reflexões acerca da participação discente na gestão escolar. Falar da escola como espaço sociocultural implicou, assim, “resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição” (Dayrel, 1999, p. 1).

Acredito que as políticas públicas como o SEAP/RS, que permitiu uma autoavaliação, garantem a reflexão dos segmentos escolares para temas fundamentais como a participação discente. Não é à toa que se observou uma mudança significativa do primeiro ano para o último do SEAP/RS, a partir das justificativas, as escolas apresentaram novas iniciativas para o incentivo e a participação efetiva: retorno de grêmios estudantis, novas propostas de ensino e principalmente a democratização das ações escolares.

Infelizmente, ainda se percebe vestígios de autoritarismos nas gestões das escolas. Em tempos de tantas transgressões antidemocráticas tal qual esta que estamos vivendo, “conceder” a democracia é um perigo, “pois democracia não se concede, se realiza: não podendo existir um ‘ditador democrático’” (PARO, 2008, p. 19).

Retomo então a pergunta inicial deste trabalho: *“existe estímulo para a participação discente na gestão escolar das escolas estaduais da 1ª Coordenadoria Regional?”*.

As escolas consideraram o não incentivo à participação a partir de diferentes perspectivas: as relações que os professores estabelecem, a participação dos pais, a falta de preparo/profissionais ou até mesmo a vontade dos estudantes. Tais problemáticas agregam a falta de participação dos estudantes em suas realidades, todos os empecilhos contribuem para o descaso e a desvalorização dos espaços democráticos de múltiplas participações.

Considero que essa é uma análise inicial e que abriu a possibilidade para outras questões da relação do incentivo e a participação discente e que outros indicadores do SEAP/RS podem ampliar os olhares para tais questões. Que sigamos em busca de novas políticas que abarquem as gestões

democráticas para possibilitar possíveis transformações e assim fazer da escola o palco da mudança.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação e exclusão da cidadania**. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. , de 05 de outubro de 1988 (preceitos sobre a educação, na redação original e com a atualização dada pelas Emendas Constitucionais 14/96, 53/06, 59/09).

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 13 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação.

BRASIL. **Resolução nº04/2010**. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995**. Revista brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 6, n.23, p.145-186, out/dez, 2008

CAMINI, Lucia. **O Processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços**. 2005, 261f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CURY, Carlos A. Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE, v. 23, n. 03, set-dez/2007, p. 483-495'

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp. 40-52. ISSN 1413-2478.Arquivo

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro, melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS PARA UM EXAME CRÍTICO DA DISCUSSÃO ATUAL NO BRASIL**. *Revista Española de Educación Comparada*, Madrid, Espanha. Año 2007, Numero 13. Edición monográfica: Administración y gestión de los centros escolares: panorámica internacional.

LIMA, Licínio. **A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS: DO AUTOGOVERNO À ASCENSÃO DE UMA PÓS-DEMOCRACIA GESTIONÁRIA?**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Org.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-25.

PARO, Vitor Henrique. **Autonomia do educando na escola fundamental : um tema negligenciado**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - SP. 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. Editora Ática, São Paulo – SP. 2008.

PERONI, Vera (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização de educação**. Brasília: Liber, 2013

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências (publicado no DOE nº 250 de 29 de dezembro de 2011).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS). Cadernos de Avaliação nº 2. Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões. Institucional da Escola. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

_____. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Atualizada até a lei nº 13.990, de 15 de maio de 2012.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; MACHADO, Maria Goreti Farias. **Sistema Estadual de Avaliação Participativa no Rio Grande do Sul: Diagnóstico das Coordenadorias Regionais de Educação em 2013**. Revista Políticas Educativas, v. 9, n.1p.103-120, 2015.

SOUZA, Angelo. **A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola**. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.